



Marcelo Dalla Pria



## Energia e recursos minerais no contexto de desenvolvimento social

Dando seguimento à série de matérias sobre os temas do 9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), o Jornal da Fisenge coloca em debate a questão: *Energia, Recursos Minerais e Desenvolvimento*. O profes-

sor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Dorival Gonçalves Junior, doutor em Energia pela USP, faz avaliações sobre os trabalhadores do setor elétrico e o processo de produção. Já o presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Manoel Barretto, fala sobre os desafios de embutir valor às commodities e aliar sustentabilidade à exploração de recursos minerais.

**Páginas 4 e 5**

## Ampliação de atribuições de técnicos de nível médio pode trazer sérios riscos

Responsabilidade social e ambiental. É o que está em jogo quando falamos sobre o uso de agrotóxicos. O Globo Rural veiculou uma matéria tendenciando à ampliação das atribuições do técnico de nível médio como as de um engenheiro. Isso porque existe o decreto nº 4.560/02 - editado no penúltimo dia do mandato de Fernando Henrique Cardoso - que permite, por exemplo, a emissão de receituário agrônomico para a compra de agrotóxicos, sem levar em consideração conhecimentos técnicos e os perigos destes venenos. **Página 6**

## Emenda ao substitutivo de projeto de lei ameaça o Salário Mínimo Profissional

Foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o substitutivo do Projeto de Lei nº 2.827/2008, que dispõe sobre a remuneração de diplomados em cursos de tecnologia. No entanto, junto com o substitutivo foi realizada uma alteração no artigo 5º, que fixa o salário de acordo com negociação coletiva e altera a lei nº 4.950-A/66. As categorias começam a se mobilizar em defesa do Salário Mínimo Profissional. "O momento agora é de mobilização", propõe o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt **Página 7**

## EDITORIAL

**SMP: a luta continua**

A conquista da Lei nº 4.950-A/66, que estabelece o Salário Mínimo Profissional (SMP), é um marco histórico na luta do movimento de engenheiros no Brasil. Ao lado de outras categorias organizadas como veterinários, arquitetos e químicos, os engenheiros, por meio de grande pressão, aprovaram no Congresso Nacional esta legislação. O presidente Humberto Castelo Branco – primeiro do regime militar – vetou o documento por considerá-lo inconstitucional. A mobilização dos profissionais fez com que o Congresso rejeitasse o veto presidencial. Em plena ditadura!

Sindicatos reforçaram pautas, e profissionais se mobilizaram. No entanto, o ataque não cessou. Muitas empresas públicas e privadas não respeitam o SMP e insistem em pagar valores abaixo do piso. Chegam a anunciar vagas com o valor de R\$ 700 ou R\$ 900! Ainda assim, a Câmara dos Deputados aprovou o substitutivo do Projeto de Lei nº 2.827/2008, que põe fim ao SMP e remete a definição salarial à negociação coletiva.

Vale lembrar que o país passa por um importante momento de desenvolvimento social aliado ao crescimento econômico. O cenário favorece e valoriza a engenharia. Falar hoje em desenvolvimento social significa ampliar o debate para sustentabilidade ambiental, num contexto no qual tecnologia e produção de conhecimento são fundamentais para um novo cenário de transformações sociais.

Lutar pela continuidade do Salário Mínimo Profissional é garantir dignidade aos profissionais. Será que em pleno regime democrático o parlamento brasileiro vai conseguir o que nem a violência da ditadura militar conseguiu?

O momento é de união de forças. O tempo é de mobilização!

A Diretoria

**Florianópolis sediará 68ª SOEAA**

Debater os temas relacionados ao desenvolvimento tecnológico nacional e o exercício das profissões são alguns dos objetivos da 68ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia (SOEAA). Este ano, Florianópolis será o palco dos debates, que acontecerão entre os dias 27 e 30 de setembro. Na programação, temas como sustentabilidade, meio ambiente e grandes eventos têm destaque. São esperados mais de 3 mil profissionais, e as inscrições podem ser feitas no site oficial da SOEAA: <http://www.soeaa.com.br>

**Confira as eleições pelos sindicatos**

O estado da Bahia realizará entre os dias 7 e 8 de julho seu processo eleitoral pela internet. Os associados em dia receberão uma senha de cadastramento para efetivarem o voto virtual. No mesmo mês, acontecerá a eleição do Senge-PB. Já no Senge-PR, foi eleito o engenheiro eletrônico Ulisses Kaniak como novo presidente da entidade, para o triênio 2011/2014, com início em julho.

**Senge-RJ lança caderno sobre o mercado formal de trabalho**

Foi lançado no dia 26 de maio, um caderno intitulado *O mercado formal de trabalho da engenharia no estado do Rio de Janeiro*. Em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a publicação tem o objetivo de identificar as principais questões que envolvem o engenheiro em sua atividade profissional e traçar um raio-x da categoria. Dentre os dados reunidos, entre 2004 e 2009, enquanto o mercado formal de trabalho no Brasil cresceu 31,2% no que se refere ao número de novas ocupações, o mercado da engenharia expandiu em 39,6%. Já no estado do Rio, o mercado de engenharia ganhou mais destaque ainda, tendo crescido 49,7% no período, enquanto o mercado formal fluminense cresceu 25,9%. De acordo com o presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos, as significativas mudanças no mundo do trabalho (gênero, faixa etária, salário, emprego), a demanda por mão de obra qualificada e a controversa “escassez” de profissionais de engenharia exigem que entidades sindicais se organizem para subsidiar as respostas e ações de impacto.

fisenge

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

**DIRETORIA EXECUTIVA:** Carlos Roberto Bittencourt - PR - **Presidente:** Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade - MG - **Vice-Presidente:** Renato Andrade - BA - **Diretor Financeiro:** Clóvis Francisco Nascimento Filho - RJ - **Secretário-Geral:** Fernando Elias Vieira Jogaib - VR/RJ - **Diretor de Relações Sindicais:** José Ezequiel Ramos - RO - **Diretor Executivo:** Eduardo Medeiros Piazeria - SC - **Diretor Executivo:** Raul Otávio da Silva Pereira - MG - **Diretor Executivo:** Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - **Diretor Executivo**  
**Coordenadora de Comunicação:** Tania Coelho; **Jornalista Responsável:** Camila Marins MTB: 47.474-SP; **Diagramação:** Stefano Figalo;  
**Revisão:** Beatriz Fontes; **Tiragem:** 3.000 exemplares; **Impressão:** Reproarte; **Fisenge:** Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - **E-mail:** [fisenge@fisenge.org.br](mailto:fisenge@fisenge.org.br) **Site:** [www.fisenge.org.br](http://www.fisenge.org.br)

**EM DEBATE**

# Sindicatos realizam encontros preparatórios para 9º Consenge

Santa Catarina deu início aos encontros preparatórios para o 9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), nos dias 7 e 8 de junho. Depois de Santa Catarina, foi a vez da Bahia, que realizou seu encontro preparatório nos dias 10 e 11 de junho, seguida de Pernambuco, Volta Redonda, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe, Espírito Santo, Paraíba, Minas Gerais e Paraná. Todos os 11 sindicatos filiados à Fisenge promoverão os encontros com a apresentação dos vídeos dos autores de teses.

Entre os principais objetivos dos encontros preparatórios estão os debates

em torno dos temas centrais do Congresso e a elaboração de propostas para alteração parcial do estatuto da Fisenge. Cada sindicato enviou até cinco propostas para a Fisenge entre os três temas: *Cidades Sustentáveis; Integração da América Latina; e Energia, Recursos Minerais e Desenvolvimento.*

O presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt acredita que é fundamental debater temas ligados à organização sindical. "É importante que as entidades com a categoria organizada discutam, por exemplo, as especificidades das negociações coletivas, a situação dos profissionais li-

berais e, especialmente, os desafios colocados ao sindicalismo", explicou Bittencourt. "Estamos com uma boa expectativa para o 9º Consenge, o primeiro a ser realizado na região amazônica, que representa fundamental importância nas discussões da engenharia e do país", disse o presidente do Seagro-SC, Jorge Dotti.

Após o envio das propostas, uma comissão as sistematizará para serem votadas na plenária do Consenge. Entre as alterações do estatuto está a consolidação da diretoria de gênero e atribuições do Coletivo de Mulheres da Fisenge.

## Programação 9º Consenge

Já está confirmado o nome do ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra, para a palestra de abertura com o tema "A sociedade que queremos". Para a palestra "Cidades sustentáveis", a arquiteta e urbanista, Ermínia Maricato, que também esteve à frente do Ministério das Cidades; e para o tema "Energia, recursos mineiras e desenvolvimento", haverá um pai-

nel com o geólogo e presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Manoel Barretto, que também foi vice-presidente da Fisenge, e falará sobre recursos minerais; e o engenheiro electricista e doutor em Energia pela Universidade de São Paulo (USP), Dorival Gonçalves, que discorrerá sobre o setor elétrico, a situação dos trabalhadores e os principais desafios do país.



Patrocínio:



**Sindicatos filiados**



## CAPA

# Energia, recursos minerais e desenvolvimento em pauta

A Fisenge e seus 11 sindicatos filiados debaterão os temas: *Cidades Sustentáveis, Integração da América Latina e Energia, Recursos Minerais e Desenvolvimento* durante o 9º Consenge

A apropriação social da energia, a descoberta de bacias de petróleo nas camadas de pré-sal e as privatizações do setor elétrico são alguns dos temas que rondam a sociedade. Com base neste cenário, a Fisenge e seus sindicatos filiados debaterão o tema “*Energia, recursos minerais e desenvolvimento*”, durante o 9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), que será realizado em Porto Velho, Rondônia, entre os dias 7 e 10 de setembro. O professor Ildo Sauer e os engenheiros Nilton Amado e Sonia Seger redigiram a tese. Além disso, estão confirmados os nomes do professor doutor em Energia pela Universidade de São Paulo, Dorival Gonçalves Junior; o presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Manoel Barreto.

A história das tarifas da energia elétrica no Brasil é antiga e nos remete aos tempos de elaboração das Constituições de 1946 e 1988. O documento de 1946 deliberava sobre o princípio da justa remuneração do capital, ou seja, não deveria haver excessos nas tarifações. Já a Constituição de 1988 extinguiu o princípio da justa remuneração. Desde então, o país tem assistido a descontrações, leilões, privatizações e assimetrias tarifárias. De acordo com informações da Agência Internacional de Energia (AIE), o Brasil é um dos países com maior tarifa de energia do mundo. As tarifas sem impostos de Ontário (Canadá) são menores do que as praticadas no Brasil, cuja maior tarifa é praticada pelo estado do Maranhão. A lógica de mercado se dá a partir do Decreto de 1945, de concessão à Chesf para explorar as usinas do São Francisco, e, logo em seguida, surgem as leis de desregulamentação (Lei nº 9.075/95 e nº 8.987/95).

De acordo com o professor Dorival Gonçalves, no final dos anos 1980, a forma estatal de organização das indústrias de bens e serviços de infraestrutura, dada pelas forças capitalistas, esgotou a ca-

Agência Eletrobras.



É preciso combater as práticas de precarização do trabalho no setor elétrico e garantir direitos

pacidade de reprodução. “Nos anos 1990 tem início o processo de reorganização da gestão patrimonial e política da cadeia de produção de eletricidade no Brasil. “A ideologia do mercado como regulador da produção é a representação que acoberta e orienta os rearranjos nas bases de exploração do trabalho, manifestas: no processo de privatização; no aumento da exploração dos trabalhadores através da demissão e intensificação do trabalho dos que permaneceram na cadeia de produção; e na institucionalização da eletricidade como mercadoria e preço de commodity, elevando o preço da eletricidade brasileira - cuja cadeia de produção tem um dos menores custos - a figurar en-

tre o preços mais altos do mundo”, disse.

## Para além das empresas

Da precarização do trabalho até a cobrança de contas exorbitantes, o setor elétrico abrange para além das empresas, trabalhadores e consumidores. De um lado, os profissionais do setor elétrico não têm embutido em seus salários a produtividade que aumenta a cada dia. Já o consumidor paga alta taxas no final de cada mês. “O aumento no preço da eletricidade brasileira, não por coincidência, aconteceu à véspera do processo de privatização. Estas medidas transformaram os preços da eletricidade, antes vinculados aos custos da produção hidráulica, ancorando-os,

aos custos de produção térmica. Politicamente, o que se fez, foi a institucionalização do preço da eletricidade brasileira como commodity. Vale lembrar que isto foi feito no exato momento em que se implantava no país um plano econômico – Plano Real – que reduziu praticamente a zero a inflação, fato que, permitiu obscurecer a manobra de exploração por meio do preço da eletricidade implantada so-



bre as classes populares brasileiras”, explicou o professor.

Outro elemento apontado por Dorival é a reorganização técnica do trabalho, ou seja, a especialização do trabalho com grande variedade de cargos. “Os trabalhadores são selecionados individualmente nos grupos afins, para os cargos, através da avaliação de seus resultados na operação das novas tecnologias e na capacidade que apresentam para análise de problemas/tomadas de decisões. Este ambiente de trabalho, além de apontar para a redução do contingente de trabalhadores, coloca-os em constante competição entre si”, pontuou.

### Recursos minerais e desenvolvimento

O governo federal anunciou no começo de fevereiro, o Plano Nacional de Mineração 2030, com projeções de investimentos de US\$ 350 bilhões nos próximos 20 anos. O desenvolvimento de mais um setor vem sendo retomado, após uma década sem os investimentos necessários. “De 2003 a 2008, os investimentos no setor foram retomados e um grande crescimento apontado. Em 2008, houve a crise que freou determinados setores e, agora, em 2010, a mineração voltou a crescer em níveis superiores aos de 2008, contou o geólogo Manoel Barretto, presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e ex-vice-presidente da Fisenge.

Segundo o geólogo, hoje, o Brasil se encontra numa posição respeitada internacionalmente. “Passamos quase 20 anos sem levantamentos geológicos e aerogeofísicos e agora estamos desenvolvendo um ousado programa, com levantamentos em todas as regiões do país”, explicou. O Brasil já é considerado um dos países com maiores reservas de recursos minerais no mundo. No entanto, quando o assunto é exportação, vale ressaltar que o país exporta, em sua maioria, commodities (produtos básicos de origem primária). “O grande desafio é agregar valor ao produto. Ao invés de exportar o óleo bruto, exportemos a gasolina. É preciso industrializar os produtos”, apontou o diretor-tesoureiro da Fisenge, Renato Andrade. Outra preocupação se refere à questão ambiental, já que a exploração de recursos minerais é altamente predatória. “A mineração é uma atividade que impacta o meio am-

biente, mas, hoje, com o desenvolvimento tecnológico e exigências legais, é possível recuperar o passivo ambiental e restituir a natureza em condições próximas às originais, além da implantação de medidas compensatórias, como o reflorestamento. Antes, as empresas exploravam e deixavam um grande passivo ambiental, agora a recuperação das áreas é pensada a longo prazo e iniciada logo no começo do empreendimento. No entanto, é preciso atividade efetiva de fiscalização dos órgãos de controle e ambientais competentes”, explicou Renato.

### Estudos geológicos

A CPRM é responsável pela geração e difusão de conhecimento geológico e hidrológico no país. De acordo com Barretto, o orçamento da empresa triplicou entre 2003 e 2010. “Tivemos a garantia de recursos por meio do PAC. Este não é um reconhecimento apenas financeiro, mas político, por considerar o conhecimento geológico estratégico e estruturante para as políticas do país”, disse. Um importante projeto é o *Cartografia da Amazônia* de alta relevância para a região e que tem como objetivo levantar o chamado “vazio cartográfico”, gerando informações estratégicas para o desenvolvimento sustentável da região, para a segurança e a defesa nacional. Barretto explica que este vazio corresponde a uma área de cerca de 1,8 milhão de km<sup>2</sup>, onde não havia conhecimento e agora há trabalhos de cartografia geológica e aerogeofísica (CPRM), cartografia terrestre (Exército e Aeronáutica) e cartografia náutica (Marinha).

### Canadá e Brasil: Semelhanças físicas não se refletem nos preços

Cidades Canadenses e Brasileiras	¢/kWh
Calgary – Alberta (*)	13,91
Toronto – Ontário (*)	11,50
Regina – Saskatchewan	11,42
St. John's – Newfoundland	10,94
Saint John – New Brunswick	10,92
Vancouver – British Columbia	7,11
Montreal – Quebec	7,03
Winnipeg – Manitoba	6,66
Light – Rio (sem impostos)	16,65
CEMAR – São Luís (sem impostos)	22,18

Fonte:

[http://www.hydro.mb.ca/regulatory\\_affairs/energy\\_rates/electricity/utility\\_rate\\_comp.shtml](http://www.hydro.mb.ca/regulatory_affairs/energy_rates/electricity/utility_rate_comp.shtml)

(\*) Províncias que adotaram a modelagem de mercado.

Tarifas da Light e CEMAR exclusivas Impostos ANEEL – 1 CAN \$ = R\$ 1,67 – dados de 2006

## MEIO AMBIENTE

## Emissão de receituário para uso de agrotóxico traz à tona responsabilidade social

O uso indiscriminado de agrotóxicos pode trazer impactos sociais e ambientais. E é por isso que engenheiros agrônomos questionam o decreto 4.560/02

No apagar das luzes. Foi desta forma que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) baixou, no penúltimo dia de seu mandato – 30 de dezembro de 2002 – o decreto nº 4.560/02, que amplia as atribuições dos técnicos de nível médio, como por exemplo, para a emissão de receituário agrônômico para a compra de agrotóxicos e a certificação sobre controle de pragas e doenças em plantações (certificados fitossanitários). A polêmica reacendeu após veiculação de uma matéria no Globo Rural, no dia 19 de junho, que tentou desqualificar a importância da participação do engenheiro agrônomo na prescrição de receituário agrônômico, ao equiparar este profissional ao técnico agrícola de nível médio.

Desde a sua emissão em 2002, o decreto tem suscitado fervorosos debates nos conselhos e câmaras especializadas do sistema Confea/Creas. Isso porque além de expandir as atribuições do técnico agrícola não prevê qualquer análise criteriosa do profissional. De acordo com o engenheiro agrônomo e diretor executivo da Fisenge, Eduardo Piazero, o decreto está à margem de qualquer critério técnico. “O documento não leva em conta conhecimentos técnicos fundamentais para a emissão de receituário e praticamente iguala as atribuições de técnicos de nível médio com as do engenheiro agrônomo”, explicou.

A emissão de receituário acontece quando uma cultura agrícola é atacada por doenças ou pragas. “Nem sempre o uso do agrotóxico é o ideal, aliás é o que se deve evitar. Primeiro, é realizada uma avaliação técnica seguida de recomendações de manejo da cultura, pois a prescrição indiscriminada traz sérios danos à saúde do agricultor e do consumidor, bem como ao meio ambiente. Águas subterrâneas em grande profundidade podem ser contaminadas, por exemplo”, alertou Piazero. Dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apontam que o Brasil, pelo segundo ano consecutivo, é o maior consumidor de

agrotóxicos do mundo.

“Na contramão de tendências, como no setor da saúde humana, em que cada vez mais é exigida a participação do médico na prescrição de medicamentos, na agricultura a Globo, em sua reportagem, incentiva maior liberdade de venda de agrotóxicos ao defender que profissionais de nível médio possam prescrevê-los. Importante ressaltar que agrotóxicos são, em última análise, venenos, ou seja, deveriam ser tratados com mais rigor que os próprios medicamentos humanos”, destacou Piazero.

Nessa questão, o engenheiro agrônomo e conselheiro federal no Confea, Kleber Santos, enfatiza que a avaliação técnica precisa ser altamente qualificada de modo a mensurar os impactos ambientais e sociais. “O risco de contaminação é muito alto. O recomendado é a não utilização de agrotóxicos e buscar o equilíbrio ambiental por meio da agroecologia”, recomendou. O Sistema Único de Saúde (SUS) registra cerca de 6 mil notificações de contaminação ao ano e existem previsões deste número chegar a 300 mil.

### Diferenças temporais e curriculares

Para a prescrição criteriosa de agrotóxicos, são necessários conhecimentos aprofundados nas áreas de fisiologia vegetal, entomologia, fitopatologia, ciência do solo, química agrícola, entre outros. Estes conhecimentos científicos fazem parte da grade curricular do engenheiro agrônomo. O técnico agrícola tem sua formação completada ainda na adolescência aos 17 anos e já sai direto para o mercado de trabalho, conciliando matérias típicas do Ensino Médio com assuntos técnicos, abordados

de maneira superficial, em apenas três anos. Já os engenheiros, após passarem pelo Ensino Médio, estudam cerca de cinco anos e saem para o mercado de trabalho com um vasto acúmulo acadêmico e prático.



Arquivo Fisenge

Dados da Anvisa apontam que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo

“Além da carga horária diferenciada, os técnicos de nível médio podem sair dos cursos muito novos e, muitas vezes, ainda sem a maturidade adequada para a atividade de prescrição de agrotóxicos. É preciso mensurar cuidadosamente as responsabilidades sociais e ambientais envolvidas”, alertou Piazero. “É preciso regulamentar o setor. Se qualquer um puder emitir um receituário, a sociedade ficará muito exposta”, disse Kleber.

### Mercado de interesses

São poucos os alimentos produzidos sem a utilização de agrotóxicos, com exceção dos denominados orgânicos e agroecológicos. “Levar o debate à sociedade e transpô-lo à questão técnica é essencial para a conscientização. Se o insumo não for receitado com cuidado com um manejo integrado, os produtos podem se tornar um grande veneno”, avaliou Kleber. A grande questão é: a quem interessa o aumento de emissão de receituários? “Certamente, o decreto nº4560, editado no apagar das luzes do governo FHC, facilita a venda e a utilização de agrotóxicos”, ratificou Piazero.

## MOBILIZAÇÃO

## Salário Mínimo Profissional em risco

Substitutivo de Projeto de Lei pode dar fim à Lei 4.950-A e submeter salários à negociação coletiva

No ano em que o Salário Mínimo Profissional (SMP) – Lei nº 4.950-A – comemora 45 anos de lutas e vitórias, seu fim foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Isso porque foi apresentada emenda ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.827/2008, que dispõe sobre a remuneração de diplomados em cursos de tecnologia. O documento inicial previa a ampliação dos benefícios da Lei nº 4.950-A/66 – que dispõe sobre o Salário Mínimo Profissional (SPMP) – para os profissionais da área tecnológica. O SMP estabelece o pagamento de 8,5 salários mínimos aos profissionais da engenharia, arquitetura, química e veterinária. No entanto, no artigo 5º do substitutivo, de relatoria do deputado João Pizzolatti e acatado pelo deputado Luiz Couto, há a seguinte redação: “O salário mínimo regulado pela presente lei será fixado em negociação coletiva de trabalho”.

De acordo com o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, este é um retrocesso histórico na luta por salário digno. “Indicar a negociação coletiva em substituição ao Salário Mínimo Profissional pode trazer à tona um processo de desvalorização profissional justamente no momento de desenvolvimento social no qual o país se encontra”, apontou. Além disso, Bittencourt acredita que a participação da engenharia em pautas de negociação será dificultada, já que muitos sindicatos já têm dificuldades em entrar nas negociações de algumas empresas. “Dificilmente uma pauta específica dos engenheiros seria contemplada em negociação”, afirmou.

De acordo com o assessor jurídico da Fisenge, Mário Sérgio Pinheiro, a maior preocupação se refere à livre negociação. “No Brasil, muitas categorias têm dificuldades com as negociações. Agora é preciso pressionar pela alteração da emenda que põe fim ao piso”, ratificou.

### Salário Mínimo Profissional

A Lei nº 4.950-A foi conquistada, em 1966, após forte mobilização do movimento de engenheiros no Congresso Nacional, garantindo assim a remuneração

de 8,5 salários mínimos. O artigo 5º da Lei estabelece o SMP em seis vezes o maior salário mínimo vigente no país para uma jornada de seis horas diárias de trabalho. Já o artigo 6º define adicional de 25% para as horas excedentes, o que relaciona oito horas diárias de trabalho ao pagamento de 8,5 salários. “Esta é uma conquista importante, que garante dignidade aos profissionais e

**“Indicar a negociação coletiva em substituição ao Salário Mínimo Profissional pode trazer à tona um processo de desvalorização profissional”, disse o presidente da Fisenge, Carlos Bittencourt**

propõe uma remuneração compatível com a complexidade do trabalho”, alertou o diretor tesoureiro da Fisenge, Renato Andrade

Ao longo dos anos, a luta dos sindicatos tem sido permeada pelo cumprimento da Lei, mesmo que muitas instituições, públicas e privadas, insistam em não cumpri-la. Um dos ataques foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), impetrada pelo governo do Maranhão, considerando que a Constituição Federal de 1988 não contempla o artigo 5º da Lei nº 4.950-A. “Tantos ataques fizeram com que o movimento de engenheiros, organizado em suas entidades de classe, pressionasse e aprovasse leis próprias, com o objetivo de garantir o SMP”, pontuou Renato.

Foi nesse sentido que a Fisenge, ao lado de outras entidades de classe, apresentou no Supremo Tribunal Federal (STF) um Amicus Curiae, documento que aponta mais argumentos sobre a cons-

titucionalidade da Lei. Passados mais de dois anos, a relatora do processo, ministra Ellen Gracie, anunciou a antecipação de sua aposentadoria, o que pode adiar o julgamento da ADPF.

### Exemplos não faltam

Em fevereiro deste ano, foi votado no STF uma ADPF semelhante, de autoria da Confederação Nacional da Saúde (CNS), que considera inconstitucional a vinculação do salário ao mínimo dos técnicos em radiologia. Na época, a ministra Ellen Gracie acompanhou o voto do relator, ministro Joaquim Barbosa, que indeferiu o pedido. O advogado Mário Sérgio acredita que este é um importante indicativo no processo de mobilização.

Outras categorias profissionais do Sistema Confea/Creas, não amparadas pela Lei 4.950-A/66, a utilizam para garantir seus direitos. É o caso dos técnicos de nível médio, por meio do PLS nº227/2005, transformado em PL 2861/2008. Foi aprovado pela CCJC da Câmara dos Deputados e retornou ao Senado para apreciação final.

### Mobilização

Com a aprovação do relato da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria em questão será submetida ao Senado e, posteriormente, ao Executivo. “Trata-se de uma luta histórica da categoria e temos que nos unir para pressionar o Senado”, avalia o vice-presidente da Fisenge, Vicente Trindade.

Bittencourt informou que a pauta foi encaminhada aos 11 sindicatos filiados da Fisenge. “Além disso, estamos discutindo com outras entidades também afetadas (arquitetura, química e veterinária). O momento agora é de mobilização”, concluiu Bittencourt. “Esta articulação tem o objetivo de definir uma estratégia comum como forma de pressão no Senado”, disse Renato. Mário Sérgio acredita que o Senado deve avaliar a questão no segundo semestre deste ano. As entidades continuarão unidas com a finalidade de garantir dignidade salarial à categoria.

ENTREVISTA CLEMENTE GANZ – DIRETOR TÉCNICO DO DIEESE

## “Com crescimento econômico é mais fácil alcançar desenvolvimento social”, afirmou o diretor do Dieese Clemente Ganz

*Como aliar crescimento econômico com desenvolvimento social? Como almejar um projeto sustentável? Que caminhos apontar diante de um processo distributivo de renda? Estas são algumas das questões que o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz, aponta como fundamentais no atual cenário brasileiro.*



Marcelo Dalla Pria

### O Brasil caminha para ser a quinta economia mundial. Como agregar crescimento econômico a desenvolvimento social?

O país passa por uma situação favorável, especialmente sob o ponto de vista da construção de bases mais consistentes de desenvolvimento a médio e a longo prazos. Com crescimento econômico é mais fácil alcançar o desenvolvimento social, e é preciso priorizar um processo distributivo para os que ganham menos.

### Como pode ser feito o processo distributivo?

Podemos ter uma dinâmica transformada por meio da continuidade de geração de empregos, que absorva o trabalho informal e o subemprego, além do necessário investimento na formação do trabalhador, garantindo trabalhos de qualidade. Também podemos destacar a dinâmica sindical, com o fortalecimento das negociações e aumento da mobilização. Ainda precisamos avançar muito. Um destaque é o plano de superação da miséria, que pode alavancar a distribuição de renda. Outro ponto é a questão tributária, que hoje é regressiva, fazendo com que os mais pobres paguem mais. Precisamos de impostos progressivos, ou seja, quem ganha mais, paga mais. Também é uma situação que depende de como o orçamento é apli-

cado e de induzir fortemente os investimentos, além de sustentar um amplo sistema de proteção social que priorize a educação, a habitação, o saneamento.

### Como o Brasil pode avançar mais?

A revisão da política macroeconômica é fundamental, assim como é estratégico rever a política monetária e reduzir a taxa de juros. Bilhões de reais transferidos para o exterior poderiam ser investidos num conjunto de transformações sociais. Também é preciso produzir bens de valores agregados: não adianta exportar a laranja e importar o suco, por exemplo. Trata-se de unir a capacidade econômica à capacidade cognitiva. Precisamos investir em ciência e tecnologia, além de formar trabalhadores com alto nível. A educação é estratégica na elevação da escolaridade com maior cultura, fazendo com que o trabalhador tenha mais autonomia, consciência de direitos e responsabilidade social. Mesmo com nível de escolaridade, existem muitos analfabetos funcionais. Ainda assim, é preciso oferecer base material aos trabalhadores por meio de habitação, saneamento, saúde, elevação de renda; elementos que fazem a diferença na estrutura distributiva do país.

### Qual o papel da engenharia no processo de desenvolvimento social do país?

A engenharia é importante num país

como o Brasil, especialmente a partir de uma estratégia de desenvolvimento de base industrial. Numa dimensão prospectiva, a sustentabilidade ambiental é o ponto central. A engenharia pode desenvolver novas fontes de energia renováveis com baixo impacto ambiental, além de uma engenharia reversa para a reutilização de insumos. Se não houver uma queda radical no uso de recursos naturais, podemos inviabilizar o planeta. É urgente um novo modelo de mobilidade urbana, baseado no transporte coletivo de qualidade, porque o modelo de cada cidadão com um carro é insustentável.

**“A revisão da política macroeconômica é fundamental, assim como é estratégico rever a política monetária. Bilhões transferidos para o exterior poderiam ser investidos num conjunto de transformações sociais”**